




**LEI Nº 1.399 DE 16 DE MAIO DE 2022.**

Nº da ordem 1399/2022  
Registrado no Livro de Arquivo Próprio e  
Publicado no placar da Prefeitura  
Em 16 / 05 / 2022  
  
Responsável

**“Institui o programa de acolhimento institucional, na modalidade abrigo para crianças e adolescentes, e dá outras providências.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU, ESTADO DE GOIÁS, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Esta Lei institui o Programa de Acolhimento Institucional, na modalidade abrigo para crianças e adolescentes, subordinado à Secretaria Municipal de Ação Social, com a finalidade de abrigar crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência, destituição de poder familiar, ameaça e violação de seus direitos fundamentais, conforme estabelece os artigos 90, 92, 93 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 2º.** O Programa Municipal de Acolhimento Institucional, na modalidade abrigo para crianças e adolescentes, objetiva:

- I. Garantir a proteção da criança e/ou adolescente;
- II. Empreender esforços, para que em um período inferior a 02 (dois) anos seja viabilizada a reintegração familiar, para família nuclear, extensa em seus diversos arranjos ou rede primária ou social e na impossibilidade para família substituta, conforme determinação judicial;
- III. Preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários;
- IV. Garantir os vínculos de parentesco, observando a não separação de grupos de irmãos, exceto quando houver claro risco de violência;
- V. Garantir de acesso e respeito à diversidade e não discriminação;
- VI. Ofertar de atendimento personalizado e individualizado;
- VII. Garantir de um atendimento humanizado;
- VIII. Garantir de liberdade de crença e culto religioso;
- IX. Garantir o respeito à autonomia da criança e do adolescente;
- X. Evitar sempre que possível a transferência para outras entidades de acolhimento;
- XI. Prestar cuidados a um grupo máximo de 08 (oito) crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva de acolhimento institucional;



XII. Acolher e proteger crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, sem distinção socioeconômica, étnica, religião, orientação sexual, ou ainda por serem pessoas com necessidades especiais;

XIII. Acolher crianças e adolescentes, somente depois de esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade, a fim de garantir que o afastamento seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco a sua integridade física e/ou psíquica, advindas de famílias vulneráveis e afastadas por decisão judicial do vínculo familiar;

XIV. Capacitar a equipe de profissionais, por meio de reuniões, palestras, debates e encontros dirigidos ao trabalho desenvolvido;

XV. Elaborar, cumprir e fazer cumprir as normas que serão estabelecidas no Regimento Interno da unidade, com relação aos profissionais e acolhidos;

XVI. Elaborar o Plano Político Pedagógico do abrigo, para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e adolescentes;

XVII. Encaminhar o Regimento Interno e o Plano Político Pedagógico para apreciação e aprovação do CMDCA.

**Art. 3º.** O serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes não devem ser confundidos com estabelecimentos organizados para o acompanhamento de adolescentes que estejam cumprindo medidas socioeducativas de internação em estabelecimento educacional.

**Art. 4º.** Compete ao Secretário da Ação Social proceder a inscrição do Programa Municipal de acolhimento institucional junto ao CMDCA, para análise, aprovação do plano político-pedagógico e regimento interno da unidade para competente registro.

**Art. 5º.** O monitoramento e avaliação do serviço de acolhimento de crianças e adolescente do será realizado pelo sistema de garantia de direitos, composto pelo CMDCA, Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e Secretaria de Ação Social.

**Art. 6º.** O orçamento municipal consignará todas as dotações orçamentárias necessárias para a manutenção do Programa, ficando o Poder Executivo autorizado a efetuar aberturas e suplementações que se fizerem necessárias.

**Parágrafo Único.** Para os exercícios subsequentes, o orçamento Municipal deverá prever os recursos necessários à manutenção do programa.

**Art. 7º.** A Casa de Acolhimento Institucional de Montividiu abrigará apenas menores que sejam moradores deste Município,



Prefeitura municipal de  
**Montividiu**  
*Compromisso com o futuro.*

Página 3 de 3

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTIVIDIU**, Estado de Goiás, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de maio de 2022.

**EDSON BUENO COUTINHO**

Prefeito Municipal